

DE AMÉRICAS E ÁFRICAS SE FAZ O ATLÂNTICO NEGRO: AS NARRATIVAS DE CHE GUEVARA, PAULO FREIRE E ABDIAS NASCIMENTO (1965-1981)

Elio Chaves Flores*

Este trabalho visa analisar as narrativas sobre o colonialismo a partir de intelectuais do século XX que, de uma forma ou de outra, discutiram as questões raciais e contribuíram para o combate ao racismo e ao processo de descolonização do continente africano. Trata-se de perceber como as africanidades, independente da pertença racial, nos dois lados do Atlântico, se expressaram em termos de filosofia da cultura e de uma determinada cultura histórica. Para isso, escolheu-se o aporte metodológico nas narrativas de Che Guevara, Paulo Freire e Abdias Nascimento.¹ A perspectiva da historiografia comparada permite que se confrontem as narrativas dos autores em relação ao racismo, à revolução e ao processo de descolonização do continente africano em curso. Os testemunhos narrados de Che Guevara (diário), Paulo Freire (cartas) e Abdias Nascimento (memória) são pensados, portanto, na dimensão dos estudos culturais comparativos.

O diário de Che Guevara permite perspectivá-lo como um semeador de revolução. O diário é habilitado como as impressões guevaristas sobre a África negra numa conjuntura de intensos combates no continente africano pela derrubada do colonialismo e do racismo capitalistas. Um fato a se observar é que o “diário africano” não é narrado na forma linear das horas, dias e meses como geralmente acontece com esta forma narrativa. Esse diário de Che Guevara é o relato e análise da primeira ação internacionalista de Cuba e de sua presença nas lutas de libertação dos países africanos. A metodologia de Che Guevara para escrever os seus diários era construir, pelo menos, duas versões: a primeira como apontamentos de situações e experiências vivenciadas; a segunda como reconfiguração desses primeiros escritos com a necessária inclusão da memória ressignificada e das primeiras análises do processo em curso. Um biógrafo de Che Guevara desdenhou desses relatos classificando-os “nem como apontamentos espontâneos nem como lembranças precisas” (CASTAÑEDA, 1997, p. 66). Porém, foi precisamente por essa característica, tão ironizada pelo autor de “a vida em vermelho”, que essa base documental enriqueceu o olhar sobre o contexto africano da década de 1960. Ora, para Che Guevara a guerra de guerrilhas seria “tanto uma luta política e social quanto um conflito militar” e, por isso mesmo, “leu e escreveu copiosamente” no processo em curso, pois, para além dos fuzis, pegava a caneta e “mantinha diários de campanha onde quer que estivesse lutando” (DOSAL, 2005, p. 14). Além do mais, os manuscritos congolezes permaneceram inéditos por quase trinta anos e só vieram a ser publicados no decorrer da década de 1990, desnudando análises biográficas graças à hegemonia documental.² Vou considerá-lo, para os meus propósitos, de um “livro-testemunho”.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPB.

¹ As fontes escolhidas foram o diário *Passagens da guerra revolucionária: Congo* (1965-66), do argentino Ernesto Che Guevara; as missivas *Cartas a Guiné-Bissau* (1975-77), do educador brasileiro Paulo Freire; e, o livro-denúncia *Sitiado em Lagos* (1977-81), do ativista negro Abdias Nascimento. Parte-se da hipótese de que essas narrativas sobre o colonialismo e as experiências africanistas são constitutivas das respectivas culturas históricas de seus autores que atuaram como intelectuais antirracistas.

² Uma espécie de primeira edição estabelecida foi publicada no México, em 1994, editada por Paco Ignacio Taibo II, Froilán Escobar e Félix Guerra, que vinha com um título no mínimo inusitado, **O ano em que estivemos em nenhum lugar**, muito provavelmente inspirado numa frase final contida nos manuscritos: “durante aquelas últimas horas de permanência no Congo me senti sozinho, como nunca havia estado, nem em Cuba nem em nenhuma parte do meu peregrinar pelo mundo (CHE GUEVARA, 2000, p. 249). Os manuscritos usados por Jorge Castañeda, **Che Guevara: a vida em vermelho** (1997) certamente são os concluídos por Che Guevara na cidade de Dar es-Salaam, então capital da Tanzânia, no início de 1966. A versão autorizada e definitiva do diário seria publicada no ano de 1999 em espanhol, italiano e inglês. No Brasil essa mesma edição

Ainda na minha argumentação metodológica sobre a estrutura definitiva da fonte que começo a analisar posso observar que ela é constitutiva de três partes: uma advertência preliminar, a narração da experiência propriamente dita em boa parte do ano de 1965 e um longo e denso epílogo sobre o futuro dos acontecimentos africanos (análise de conjuntura ou, se quisermos, uma história imediata), concluído na Tanzânia, no mês de janeiro de 1966. No rápido texto da advertência preliminar, uma espécie de justificativa para o leitor, Che Guevara surpreende pelo realismo da estratégia narrativa diante de seu próprio protagonismo e não esconde que se trata de um manuscrito para ser publicado. Embora internacionalista e argentino de nascimento, a relação de Che Guevara como “intelectual antirracista” é vislumbrada na dimensão América Latina-África-Congo. Vejamos:

Esta é a história de um fracasso. Vai ao detalhe factual, como corresponde a episódios de guerra, mas está matizada com observações e com espírito crítico que eu estimo que, se alguma importância pudesse ter este relato, seria a de permitir extrair experiências que sirvam para outros movimentos revolucionários. A vitória é uma grande fonte de experiências positivas mas a derrota também é, principalmente considerando as circunstâncias extraordinárias que cercam o episódio: os protagonistas e informantes são estrangeiros que foram arriscar suas vidas em um território desconhecido, de outra língua e ao qual os unia somente laços do internacionalismo proletário, inaugurando um método não praticado nas guerras modernas de libertação.

(...)

Estas notas serão publicadas muito tempo depois de terem sido escritas e, talvez, o autor não possa assumir a responsabilidade do que está dito. O tempo terá separado muitas arestas e, se tem alguma importância sua aparição, os editores poderão fazer as correções que acreditem necessárias, a fim de esclarecer os acontecimentos ou as opiniões à luz do tempo decorrido.

Mais corretamente, está é a história de uma decomposição. Quando chegamos ao território congolês, a Revolução estava em recesso; seguiram-se episódios que implicariam sua regressão definitiva, pelo menos neste momento e naquele cenário do imenso campo de luta que é o Congo. O mais interessante não é a história da decomposição da revolução congolês, cujas causas e características são excessivamente profundas para serem todas abarcadas do meu ponto de vista, já que a experiência inaugurada por nós não deve ser desperdiçada e a iniciativa do Exército Proletário Internacional não deve morrer no primeiro fracasso.

(...)

A ideia que nos guiava era a de fazer lutar juntos homens experimentados em batalhas pela libertação e em seguida contra a reação em Cuba, com homens sem experiência e provocar o que nós chamávamos a cubanização dos congolêses. Veremos que o efeito foi diametralmente oposto e como se produziu com o tempo a congolização dos cubanos. Chamamos congolização a série de hábitos e atitudes diante da Revolução que caracterizaram o soldado congolês naquele momento da luta; isto não implicava uma opinião depreciativa em relação ao povo congolês, mas, sim, em relação ao soldado congolês daquele momento. As causas de que esses combatentes tiveram características tão negativas também serão explicadas no curso da história (CHE GUEVARA, 2000, p. 27-28).

Além das questões de conteúdos presentes e já históricos, uma introdução às lutas de libertação na África – “nesta clara tomada de posição diante do grande problema da nossa época, que é a luta sem quartel contra o Imperialismo yanque”, escreverá Che –, com visada de quem atravessou o Atlântico e, portanto, do lado de cá, a advertência preliminar permite que se discutam aspectos teórico-metodológicos do documento: o problema da verdade

foi traduzida por Emir Sader e publicada no ano de 2000, pela Editora Record. No mesmo ano em que Jorge Castañeda publicou sua polêmica biografia sobre Che Guevara, 1997 (trinta anos da morte de Che), mais duas também vieram à lume com outras densidades analíticas. Paco Ignacio Taibo II, publicaria o seu **Ernesto Guevara, também conhecido como CHE** (em português brasileiro, Expressão Popular, 2008) e o jornalista norte-americano John Lee Anderson assinaria **Che Guevara: uma vida revolucionária** (em português brasileiro, Objetiva, 1997).

histórica – “como norma geral, norma que sempre segui, aqui só se fala a verdade (...) ainda que esta possa ser confrontada com outras apreciações subjetivas” – e sua subjetividade intrínseca; as intenções de quem escreve no calor dos acontecimentos subjetivados; os limites da verdade dos escritos das guerras de libertação com seus inevitáveis postulados ideológicos; e, finalmente, sem ser o menos importante, as estratégias e táticas de luta em situações adversas de vida e de morte. Também é notório que o autor deseja escrever, não apenas para os seus coetâneos e aliados, mas intenciona chegar aos leitores e leitoras da posteridade, que o registro de seu testemunho tenha validade histórica e esteja à altura do processo revolucionário. Assim como a nota preliminar anuncia, na primeira frase, a narrativa de um fracasso, de uma decomposição revolucionária, a sua frase final, retoma a rotina da utopia então em voga, uma vez que não bastava se defender do imperialismo: “é necessário atacá-lo em suas bases de sustentação, nos territórios coloniais e neocoloniais que servem de base para seu domínio do mundo” (CHE GUEVARA, 2000, p. 29). A nota preliminar afirma um testemunho no “curso da história”.

A narrativa da experiência revolucionária está dividida em vinte e um tópicos que, a título de exemplos, menciono apenas alguns mais significativos para o propósito da análise: o primeiro ato, primeiro mês, primeiras impressões, uma derrota, ventos do oeste e brisas do leste, rompendo amarras, semeando aos punhados, o começo do fim, desastre, a frente oriental entra em coma e, por último, desmoronamento. As datas são pouco frequentes para uma estrutura de diário. Mas, como já foi observado, Che Guevara se utiliza do que ele mesmo classificou de “o diário de campanha”, isto é, os escritos preliminares que depois foram sistematizados – permite-se pensar, também, que certos apontamentos tenham sido descartados – para a versão que se pretendia na fornada impressa, à posteridade. Depois das leituras cruzadas de Eric Hobsbawm e Michel de Certeau posso perceber que Che Guevara mescla testemunhos de protagonismos ímpares, imersos entre o extraordinário, gerador do acontecimento adentrado na revolução, na visada hobsbawmiana; e, da mesma importância histórica, o cotidiano, o fardo da vida, vale dizer o ordinário, na perspectiva certeuniana (HOBSBAWM, 1998; CERTEAU, 1994). Isso é perceptível não apenas por sua “segunda narrativa” como também pela inserção de vários relatórios, telegramas e correspondências trocadas no decorrer dos eventos da guerrilha do “exército de libertação” no qual havia se incorporado juntamente com 120 combatentes cubanos, majoritariamente afro-cubanos, quando “a Cuba negra retorna para a África” (GOTT, 2006, p. 249-56).

No dia da retirada dos “semeadores de revolução” do Congo – metáfora de coração da África – e da jornada africana, ao cruzar novamente o Lago Tanganica para o exílio de mais alguns meses em Dar-es-Salaam, então capital da Tanzânia, Che Guevara escreveu palavras que exprimem a morte da revolução africana que, deveríamos suspeitar, apenas se realiza na solidão revolucionária:

Parecia que se tivesse rompido uma marra e a exultação de cubanos e congoleses desbordava como água fervendo o pequeno recipiente dos barquinhos, ferindo-me sem me contagiar; durante aquelas últimas horas de permanência no Congo me senti sozinho, como nunca havia estado antes, nem em Cuba nem em nenhuma parte do meu peregrinar pelo mundo. Podia dizer: Nunca como hoje voltei como todo o meu caminho a me ver sozinho! (CHE GUEVARA, 2000, p. 249).

A terceira parte dos escritos de Che Guevara sobre a África recebeu o título de Epílogo. Trata-se de uma avaliação crítica sobre os movimentos de libertação no continente africano e as expectativas frente ao enfrentamento com o imperialismo, aqui adjetivado como ianque, isto é, norte-americano. A narrativa deste epílogo tem estilo ensaístico, cuja referência é a memória ainda quente do autor sobre o que se passou (e ainda se passa), pois avoluma-se

como uma história imediata (ou história do tempo presente?).³ O texto esparrama-se por 25 páginas e, muito provavelmente, foi escrito entre dezembro de 1965 e janeiro de 1966, na capital da Tanzânia, antes de Che Guevara sair da África oriental e se dirigir para Praga, então capital da Tchecoslováquia, na Europa do Leste. Em linhas gerais pode-se apontar para uma estrutura narrativa que parte da geografia, o cenário da Frente Oriental, passa por agudas observações sobre as condições socioeconômicas congolenses, detém-se nos protagonistas da revolução (chefes e combatentes) e aponta para certas condições políticas da África no contexto das lutas de libertação.

Paulo Freire também percorreu terras africanas. Quatro anos após a execução de Che Guevara no interior da Bolívia, ele conheceu a África justamente pela Tanzânia, país leste africano em que, também, como vimos, Che Guevara entrou e saiu na luta do Congo. Ainda no contexto da década de 1970, Paulo Freire retorna à África para participar de projetos educacionais na Guiné-Bissau, recém emancipada do colonialismo e racismo portugueses:

Meu primeiro contato com a África não se deu, porém, com a Guiné-Bissau, mas com a Tanzânia, com a qual me sinto, por vários motivos, estreitamente ligado.

Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez o chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava. Na verdade, na medida em que, deixando o aeroporto de Dar-es-Salaam, há cinco anos passados [1971], em direção ao *campus* da universidade, atravessava a cidade, ela ia se desdobrando ante mim como algo que eu revia e em que me reencontrava. Daquele momento em diante, as mais mínimas coisas – velhas conhecidas – começaram a falar em mim, de mim. (...) o gíngar do corpo das gentes andando nas ruas, seu sorriso disponível à vida; os tambores soando no fundo das noites; os corpos bailando e, ao fazê-lo, *desenhando o mundo*, a presença, entre as massas populares, da expressão de sua cultura que os colonizadores não conseguiram matar. (...) Este sentir-me em casa, no chão africano, se repetiu, em certos aspectos, de maneira ainda mais acentuada, quando, em setembro do ano passado [1975], visitei, com a equipe do Instituto de Ação Cultural – IDAC – pela primeira vez, a Guiné-Bissau. Poderia dizer: quando *voltei* à Guiné-Bissau (FREIRE, 1978, p.13-14).

Disso resultou um trabalho de presença no pensar e organizar a “educação libertadora” na Guiné-Bissau, projeto no qual Paulo Freire e equipe do IDAC, ligado ao Conselho Mundial de Igrejas, sediado em Genebra, se engajaram logo a seguir. Essa relação de Paulo Freire com a Guiné-Bissau está narrada no livro **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo, publicado no Brasil em 1978. Trata-se de uma narrativa que mistura relatórios e cartas. A rigor, a obra está dividida em duas partes, com tópicos diferenciadas.

A primeira possui uma “Introdução-Relatório”, como classificou o autor, com três escritos (Primeira parte, Segunda parte e Pós scriptum que, para não confundir o leitor, vou chamar de seções). Nessa primeira seção aparecem “três momentos”. O “primeiro momento”, no qual está descrito o “organizar para fazer” na dialogia freiriana de “ver e ouvir, indagar e discutir”. O “segundo momento” foram registrados os eventos das visitas às “antigas zonas libertadas”. Ambos buscam a análise. O “terceiro momento” pretendeu a síntese daquela “totalidade cindida”. Essas duas seções estão datadas da cidade de Genebra, à qual Paulo Freire se encontrava exilado, em decorrência da ditadura militar no Brasil e com data do

³ Não penso aqui nas delicadas críticas que François Hartog faz aos “historiadores do tempo presente” na dimensão do “presentismo – presente cada vez mais inchado, hipertrofiado” (HARTOG, 2013, p. 140-157), mas na abordagem da “fase documental” de uma provável “história imediata”. Nesse caso, devo seguir a nota de orientação de Paul Ricoeur de uma “memória arquivada” de todo assim composta: a) o espaço habitado; b) o tempo histórico; c) o testemunho. Ricoeur adverte que “a memória declarativa se exterioriza no testemunho”. Para as fontes que estamos usando, pensamos nisso: “Deter-nos-emos no momento da inscrição do testemunho recebido por outrem: esse momento é aquele no qual as coisas ditas oscilam do campo da oralidade para o da escrita, que a história doravante não mais deixará; é também o do nascimento do arquivo, coligido, conservado, consultado” (RICOEUR, 2007, p. 155).

inverno europeu do ano de 1976 (FREIRE, 1978, p. 13-68). A terceira seção que compõe a Introdução-Relatório vem com o título de “Post scriptum”, escrito depois de outras viagens de trabalho a São Tomé e Príncipe e Angola, aprofundando a experiência de Paulo Freire na África. Na segunda parte da obra estão arroladas as “Cartas à Guiné-Bissau”. No total são dezessete cartas, onze endereçadas a Mário Cabral e seis à equipe de trabalho que desenvolvia as atividades no país. Mário Cabral era engenheiro de formação e ocupava, no governo revolucionário, o Comissariado do Estado para a Educação e Cultura. A primeira carta está datada de 26 de janeiro de 1975 e a última não foi datada, mas presume-se que seja de 07 de maio de 1976, mesma data da penúltima, uma enviada a Mário Cabral e a outra à equipe (FREIRE, 1978, p. 89-172). Como consideração final, uma “última página” classifica a obra como “um livro-relatório” e se abre com uma observação autobiográfica: “Até hoje, sem exceção, nenhum dos poucos livros que escrevi deixou de ser uma espécie de relatório” – não burocrático, grifa Paulo Freire – de experiências realizadas ou realizando-se em momentos distintos da atividade político-pedagógica em que me acho engajado desde o começo de minha juventude” (FREIRE, 1978, p. 173).

Com efeito, Paulo Freire foi capaz de construir um relato sobre o processo de descolonização da África, especialmente das colônias portuguesas e o fim do longo império português. Ao narrar e analisar a perspectiva de uma educação libertadora Paulo Freire, a partir de sua presença na África, relatou um “impressionista” testemunho histórico. A avaliação de que era necessário desmontar a “educação colonial” – haveria educação num regime colonial e racista? – e, em seu lugar, construir a “educação libertadora”, sintetiza o vigoroso pensamento negro da segunda metade do século XX e também afro-brasileiro (FLORES, 2006, p. 53-70). Ao se sentir africano, Paulo Freire passa a escrever como africano, como se pode observar na citação a seguir, primeira parte da Introdução-Relatório, cujos itálicos em profusão são do próprio autor:

Na verdade, a educação colonial herdada, de que um dos principais objetivos era a *desafricanização* dos nacionais, discriminadora, mediocrementemente verbalista, em nada poderia concorrer no sentido da reconstrução nacional, pois para isto não fora constituída. A escola colonial, a primária, a liceal, a técnica, esta separada da anterior, antidemocrática nos seus objetivos, no seu conteúdo, nos seus métodos, divorciada da realidade do país, era, por isso mesmo, uma escola de poucos, para poucos e contra as grandes maiorias.

(...)

Reproduzindo, como não podia deixar de ser, a ideologia colonialista, procurava inculcar nas crianças e nos jovens o perfil que deles fazia aquela ideologia. O de seres inferiores, incapazes, cuja única salvação estaria em tornar-se *brancos* ou *pretos de alma branca*. Daí o descaso que essa escola necessariamente teria de ter por tudo o que dissesse de perto aos nacionais, chamados de *nativos*. Mais do que descaso, a negação de tudo o que fosse representação mais autêntica da forma de ser dos nacionais: sua história, sua cultura, sua língua. A história dos colonizados *começava* com a chegada dos colonizadores, com sua presença *civilizatória*; a cultura dos colonizados, expressão de sua forma bárbara de compreender o mundo. Cultura, só a dos colonizadores. A música dos colonizados, seu ritmo, sua dança, seus bailes, a ligeireza dos movimentos de seu corpo, sua criatividade em geral, nada disso tinha valor. Tudo isto, quase sempre, tinha de ser reprimido e, em seu lugar, imposto o gosto da metrópole, no fundo, o gosto das classes dominantes metropolitanas.

Por tudo isto é que, para os colonizados que passaram pela alienante experiência educacional colonial, a positividade desta educação ou de alguns de seus aspectos só existe quando, independizando-se, a rejeitam e a superam. Quando, assumindo com seu povo, a sua história, se inserem no processo de *descolonização das mentes*, a que faz referência Aristides Pereira; processo que se alonga no que Amílcar Cabral chamava de *reafricanização das mentalidades* (FREIRE, 1978, p. 20).

Paulo Freire demonstra ser leitor atento de autores africanos que pensaram e fizeram a emancipação política do continente. Apenas nessa passagem, ele puxa notas de rodapé para Julius Nyerere (pensador e político tanzaniano), Franz Fanon (médico afro-caribenho que

lutou nas lutas de libertação da Argélia) e Albert Memmi (escritor e ensaísta tunisiano). Ao mesmo tempo em que se apropria dos conceitos de “descolonização das mentes”, de Aristides Pereira (pensador e político cabo-verdiano), e “reafricanização das mentalidades”, de seu grande interlocutor nas questões políticas e culturais, Amílcar Cabral (um dos expoentes da práxis marxista na África), e chega mesmo a dedicar o seu **Cartas à Guiné-Bissau** ao “educador-educando Amílcar Cabral”. Ainda na primeira seção segue-se um diálogo intenso com a obra de Amílcar Cabral que, segundo Paulo Freire, “podia prever e antever”, uma vez que para o pensador africano “havia sempre um sonho possível, um viável histórico, a começar a ser forjado no hoje mesmo” (FREIRE, 1978, p. 23). Paulo Freire reconhece no pensamento marxista de Cabral a inovação teórica necessária à revoluções de novo tipo. Nesse caso, a alfabetização de adultos e a valorização dos saberes populares – e nunca a sua idealização – permitiriam ultrapassar a opinião, colonial e colonizada, em busca da apreensão e explicação dos fatos sociais do próprio colonialismo e racismo. Nessa passagem, Paulo Freire traz para o seu arcabouço pedagógico toda a força e síntese da “pedagogia da revolução” cabralina: “Desafio a que Amílcar Cabral dava séria atenção quando, analisando a luta de libertação como *um fato cultural e um fator de cultura*, sublinhava de que essa cultura se fosse tornando cada vez mais científica e não cientificista – sobrepassando, então, o que ele costumava chamar de *fraquezas da cultura* (FREIRE, 1978, p. 23).

No “Pós-Escrito”, datado da primavera de 1977, Paulo Freire discorre sobre a relação entre educação e produção a partir do valor formador do trabalho. Pensava em “formas de ação impacientemente pacientes” em que a unidade entre trabalho e estudo se fizesse indispensável, de forma fecunda e criadora. Freire contentava-se com a rapidez das iniciativas nessa direção. Aos falar dos 800 jovens, estudantes do Liceu de Bissau, ele narra que a “própria “presença desses jovens, quase como se estivessem desfilando pelas ruas da cidade, com seus instrumentos de trabalho ao ombro, é uma *linguagem* diferente, com que anunciam a construção de uma nova sociedade”. Disso Paulo Freire se sente incluído e deixa transparecer na sua narrativa certa euforia: “é um testemunho novo que não pode passar despercebido à cidade, testemunho que a desafia e que a faz pensar em algo diferente está ocorrendo. Sua juventude, a pouco e pouco, vai deixando de *consumir* letras, de memorizar a geografia e a história da metrópole para ir tendo, no trabalho, a fonte de seu estudo” (FREIRE, 1978, p. 73). Mais adiante ele volta a lembrar da experiência brasileira dos Círculos de Cultura e não Escola Noturna para Adulto, pois tem em vista que a “pós-alfabetização” precede a “alfabetização” e, no caso dos adultos, é “ação cultural”. A releitura da realidade, especialmente da recente realidade colonial era mais do que necessária: “Na verdade, o domínio sobre os signos linguísticos escritos, mesmo pela criança que se alfabetiza, pressupõe uma experiência social que o precede – a da *leitura* do mundo” (FREIRE, 1978, p. 75).

O objetivo das cartas, como o próprio autor enfatiza, seria o de problematizar e desafiar. Há quase uma obsessão nas cartas: a necessidade de reflexão em qualquer ação, a teorização da própria prática. Numa delas, endereçada à camarada da equipe, Teresa Mônica, datada de 03 de outubro de 1976, insistiu que suas cartas nada tinham de prescritivas, seriam “antes desafios que lhes faço e me faço para que nos engajemos na prática da reflexão sobre a prática num projeto em processo, que não repete, necessariamente, em todos os seus aspectos, as experiências de que antes participei” (FREIRE, 1978, p. 144). A abordagem das cartas de Paulo Freire permite uma visada metodológica, uma chave interpretativa, de sua narrativa epistolar. A carta a Mário Cabral, datada de abril de 1976, informa da sua saúde abalada, expressa um desejo, “um solene reencontro com as mangas e os cajus” e confessa suas “saudades” desses sabores e gostos tropicais. Nessa carta, a noção intimista da “teoria do conhecimento posta em prática” se mostra em toda a sua inteireza: “Talvez pudesse dizer, perdendo agora um pouco a humildade, que uma das melhores maneiras de se lerem as minhas cartas seria a de, após tentar a compreensão de sua globalidade, procurar retirar delas

possíveis linhas de trabalho que me passaram despercebidas, mas que se encontram ocultas numa ou noutra afirmação no corpo das mesmas. No fundo, ler profundamente uma carta é reescrevê-la” (FREIRE, 1978, p. 148).

É chegada a hora de seguirmos um pouco a experiência africana do ativista e pensador afro-brasileiro, Abdias Nascimento, contemporâneo do século de Che Guevara e Paulo Freire. No mesmo contexto em que Paulo Freire estava envolvido nos projetos da Guiné-Bissau, a partir da Genebra (Suíça), Abdias Nascimento se preparava, do seu exílio em Buffalo (NY, Estados Unidos), para participar do II Festival Mundial der Artes e Culturas Negras e Africanas – FESTAC’77, a ser realizado na cidade de Lagos (Nigéria). No ano de 1975 passou a ser *visiting scholar* na Universidade de Ilé-Ifé. No primeiro evento com o mesmo nome, realizado na cidade de Dacar (Senegal), no ano de 1966, as autoridades brasileiras não permitiram a participação de Abdias Nascimento e nenhum membro do Teatro Experimental do Negro (TEN), entidade que logo seria fechada em função da repressão política que se acentuou a partir de 1968. Na segunda edição do FESTAC, a ditadura brasileira voltou a manifestar veto em relação à participação de Abdias Nascimento no evento. Parece evidente que a ditadura brasileira não tolerava as frequentes denúncias internacionais de Abdias Nascimento contra o racismo no Brasil. A lógica intelectual e racialista, com expressiva aceitação pelas elites brancas, era apenas essa: um negro não poderia falar pelos negros ou pela majoritária população afro-brasileira do campo e das cidades. Será partir dessa experiência, a do intelectual negro censurado e silenciado nos seus direitos básicos de opinião e de cátedra, é que Abdias Nascimento narra os eventos nos quais foi protagonista. Assim, escreveu duas “obras documentais”.⁴

Sitiado em Lagos está organizado em cinco partes, não necessariamente em capítulos, pois como se disse, mais apresenta testemunhos, provas, versões e cronologia dos fatos de um intelectual afro-brasileiro “censurado” num país africano, onde já se encontrava em trabalho acadêmico e intelectual, a Nigéria. Mas peguemos, primeiro, o lado de cá, pelo prefácio do Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, datado de João Pessoa, no dia 12 de janeiro de 1981. Um testemunho que bem diz das identidades étnicas no Brasil contemporâneo: “Só bem recentemente comecei a tomar consciência de minha negritude e a aceitar minha identidade de afro-brasileiro. Tendo ingressado no seminário com menos de 12 ano de idade, fui *educado* em ambiente de branco para pensar e viver como branco. (...) Tornei-me branco como muito bem intui aquela veneranda matrona a quem fui apresentado como *bispo negro*. *Ele pode já ter sido negro* – disse ela –; *hoje não é mais*” (PIRES, 2002, p. 253).

Na primeira parte, “Ao antecedentes”, Abdias Nascimento narra os eventos que adiaram a realização da segunda edição do FESTAC, marcado para 1968 na Nigéria. A história contemporânea da Nigéria passa a ser descrita a partir de suas crises políticas, os golpes de Estado e a guerra civil da Biafra (1967-1970). A seguir, a narrativa desencadeia as posições africanas dentro do pan-africanismo e do pan-arabismo, movimentos políticos influentes nas emancipações africanas (1956-1980). Abdias Nascimento procura seguir a posição do Senegal que postulava “um diálogo doméstico entre os membros da família negro-africana, no Continente e na Diáspora”. Ainda como “antecedentes”, Abdias nascimento conta os primeiros embates com o governo brasileiro na sua experiência de exílio, o passaporte

⁴ **O Genocídio do Negro Brasileiro** (São Paulo: Paz e Terra, 1978) e **Sitiado em Lagos** (Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981). A segunda edição das duas obras foi publicada em conjunto com o título **O Brasil na Mira do Pan-Africanismo** (Salvador: UFBA/CEAO, 2002), com introdução de Elisa Larkin Nascimento e prefácio de Carlos Moore. A primeira obra, p. 37-245; e, a segunda, p. 246-340. Também será útil colocá-las em perspectiva nos termos de uma história comparada. Do ponto de vista metodológico, **Sitiado em Lagos**, pode ser visto como a sistematização das provas documentais com que Abdias Nascimento pretendia demonstrar como o Estado brasileiro praticava o racismo. Em **O Genocídio do Negro Brasileiro** o autor evidenciou o “por quê”, portanto, destrinchou as bases epistemológicas e historiográficas do racismo praticado e documentado.

confiscado, a intimidação, informantes de seus passos, etc. Afirma que já morava na Nigéria desde 1976 como professor visitante da Universidade de Ifé e o embaixador brasileiro em Lagos, Geraldo Heráclito Lima, em dezembro desse mesmo, havia conseguido sustar a apresentação do seu trabalho no FESTAC'77, uma vez que ele não era convidado do governo brasileiro e que seu trabalho “não era estritamente acadêmico”. Restava participar do evento apenas como observador, sem direito a voto e sem apresentar trabalho. Houve então a reação de intelectuais nigerianos e jornalistas que denunciaram as ações institucionais do Brasil e do governo Ernesto Geisel. Dois anos depois do evento, Abdias Nascimento teve acesso “um conjunto de telegramas” – vinte despachos telegráficos – enviados da embaixada de Lagos ao ministro do Exterior, em Brasília. Para o autor, essas revelações iriam “mostrar o lado oculto e sombrio do racismo sistemático e institucional que jamais se conseguiu antes documentar publicamente” (NASCIMENTO, 2002, p. 272). Ao apresentar o conteúdo dos telegramas, Abdias Nascimento enumera 52 assuntos informados que vão desde pequenos assuntos sobre o evento, a sua situação e os fatos a partir de vários informantes e as estratégias que os delegados oficiais deveriam adotar para responder, nas atividades do evento, às intervenções verbais do autor ou impedir e cassar a sua palavra quando fosse possível.

Abdias Nascimento torna pública e comenta a “Nota Oficial” da embaixada brasileira em Lagos. O documento discorre sobre a posição do Brasil no FESTAC'77 e pretende “desconstruir” as teses defendidas pelo autor. A ironia aparece como o principal tropos da nota. O exílio e a condição de professor, por exemplo, surgem narrados assim: “o Sr. Abdias do Nascimento nasceu efetivamente no Brasil, mas tem vivido por mais de 10 anos nos Estados Unidos, onde está, sob a cobertura de dar palestras, trabalhando como militante político com dúbios grupos engajados em protestos raciais contra a segregação racial”. Derivado dessa primeira “desconstrução” constata-se, então, que os trabalhos de Abdias nos “Estados Unidos são considerados, como agora se viu na Nigéria, destituídos de valor acadêmico e reconhecidos como de natureza panfletária”. De quando em vez a ironia atua em sentido contrário ao esperado pelo embaixador, como ao se indignar com a expressão “genocídio” da população negra usado por Abdias Nascimento: “atos de integração racial, os quais o Sr. Abdias do Nascimento tem a audácia de chamar de *genocídio*, ofendendo 90% da população brasileira – um feliz resultado e exemplo para o mundo –, de uma bem-sucedida mistura de todos os brasileiros, a maioria dos quais tem sangue índio, negro, europeu e asiático”. Note-se que a denotação “índio e negro” é racial e “europeu e asiático” aponta os continentes, desracializados. Ao se endereçar para o final, a narrativa da embaixada, ancorada na ciência, afirma provar a singularidade racial brasileira: “Finalmente, a embaixada brasileira está confiante que nenhum nigeriano será enganado, desde que o Brasil é conhecido em todo o mundo e transcrito por milhares de cientistas políticos e sociais como país capaz de edificar uma civilização multi-racial, onde 110 milhões de pessoas de diferentes descendências são uma lição viva para os países onde até agora isso não tem sido possível”. O Brasil “transcrito” significava apresentá-lo como a única sociedade nacional sem racismo. Muitas vezes a ironia converte-se em razão cínica, especialmente pelo argumento oficial, senão vejamos: “Em 200 anos, ninguém jamais ouviu falar de problemas e conflitos raciais no Brasil” (In: NASCIMENTO, 2002, p. 289-91). Anotemos o ano, pois que uma data, é sempre um iceberg: 1977.

Abdias Nascimento aponta que tanto a embaixada como os delegados que falaram “pelo Brasil” estiveram “à margem do tempo e do espaço” – mundo negro, Atlântico negro? –, pois “ofereceram um retrato completamente artificial da interação entre pretos e brancos em nosso país. Repetiram a versão convencional eurocentrista, alienada e falsa” (NASCIMENTO, 2002, p. 297). Ao responder a assertiva do documento oficial de que não havia segregação no Brasil nem “quarteirões separados para descendentes de africanos, italianos, alemães, portugueses, japoneses”, Abdias rebate com num jogo de palavras e

expressões que remetem a uma luta de argumentos que podemos designar como a “luta pela linguagem”, um campo expressivo do racismo à brasileira. Diz ele:

Somente os mentirosos obsessivos são capazes de negar os *guetos* brasileiros que aí estão para quem quiser ver, metaforicamente chamados de *favelas*, *mocambos*, *alagados*, *porões*, *invasões*, *conjuntos populares*, além de outras designações que não me ocorrem no momento. O fato dos definidores e promotores da democracia racial evitarem designar a segregação residencial pelo seu verdadeiro nome não erradica a existência concreta de uma área onde se concentra o grosso da população citadina de origem africana, sutilmente expulsa pelo mecanismo capilar raça/economia, das áreas predominantemente ocupadas por pessoas de origem europeia. Acredito desnecessário sublinhar que as áreas residenciais dos negros carecem de higiene (água e esgoto), acesso fácil, luz elétrica, calçamento de ruas, coleta de lixo, e outras amenidades que só os seres humanos desfrutam: os brancos” (NASCIMENTO, 2002, p. 301).

As pesquisas sociológicas e econômicas feitas no final da década de 1970, portanto no mesmo contexto da fala abdisiana, seguidas por outras nas décadas seguintes, não permitem dizer que suas reflexões sejam apenas “intolerância racial” e sem “valor acadêmico”.⁵ Num contexto de “questões raciais” parece não haver “economia de trocas linguísticas”. O vetor irônico de Abdias com que conclui a argumentação permite asseverar que acertei na análise ao tentar desvendar os “eventos da Nigéria” pelo tropos dessa figura de linguagem. As expressões grifadas no argumento, *guetos*, *favelas*, *mocambos*, *alagados*, *porões*, *invasões* são, a rigor, as “economias linguísticas” contemporâneas das cidades brasileiras. Os condomínios fechados, “alphavilles”, vendidos como “glamour de cidadania”, dão ao fechamento irônico de Abdias a visão do passado no futuro, “outras amenidades que só os seres humanos desfrutam: os brancos”. A última parte da obra é datada de Buffalo (Nova York, EUA) do dia 29 de novembro de 1979 e liga 1977-1966, os dois eventos africanos. A partir disso denunciava o que designou como “racismo institucional” e o “poder ditatorial”. Afirma que o seu depoimento, o livro-denúncia, respondia aos fatos dessas duas práticas de agressão ao povo afro-brasileiro. A condição de “sitiado em Lagos” e a sua narrativa permitiu, pela primeira vez em termos de “mundo negro, mundo Atlântico”, desmascarar as “armadilhas do racismo institucional, estendidas sigilosa e hipocritamente no caminho de todos nós” (NASCIMENTO, 2002, p. 317-18).

Colocar Che Guevara, Paulo Freire e Abdias Nascimento em perspectiva é um esforço teórico-metodológico do pesquisador. Sigo os passos de Paul Ricouer, pois considere as narrativas analisadas como “obras arquivísticas”. Ora, Paul Ricouer apesar de tirar-nos qualquer pedestal para uma “estrada real da ciência” – a expressão é de Marx – aponta o caminho: “O momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica. O testemunho é originariamente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é a escrita, ela é lida, consultada. Nos arquivos, o historiador profissional é um leitor” (RICOUER, 2007, p. 176). Antes da escrita, Guevara, Freire e Abdias, de uma forma ou de outra, oralizaram suas ideias e, num cotidiano açoitado pelo extraordinário, organizaram em borradores as primeiras escritas. Escreveram para a posteridade, pois quiseram logo publicar as narrativas. Foi possível sugerir que fizeram uma “história imediata”, um pouco de presentismo talvez, mas estavam imersos num dado “regime de historicidade”.

Guevara, Freire e Abdias vivenciaram uma afinidade eletiva e circunstancial, os três começaram a “sentir” a África pela Tanzânia e na então capital revolucionária do mundo

⁵ Refiro-me às pesquisas de Carlos Hasenbalg, a começar pela sua tese de doutorado, apresentada à Universidade da Califórnia, publicada no Brasil com o título, **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil** (1979). Depois viriam, entre outras obras, **Estrutura Social, Mobilidade e Raça** (1988) e **Relações Raciais no Brasil Contemporâneo** (1992); e, as de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, **Preconceito e Discriminação** (1998) e **Classes, Raças e Democracia** (2002).

negro, Dar-es-Salaam. Dali se espalhava a revolução para o Congo oriental, para a África centro-ocidental e demais regiões africanas. Os três foram numa espécie de exílio voluntário para as terras africanas. O nacional não lhes cabia no peito nem nas mentes, queriam revolucionar o continente, estavam diaspóricos. Freire e Abdias não tiveram contatos pessoais com Guevara, senão através de seus escritos. Freire e Abdias se encontraram na Tanzânia e, depois, na Guiné-Bissau. Freire chegou a prefaciar o seu livro de poesias. Admiravam-se. Conversaram muito sobre África e diáspora nesses encontros fortuitos. Não deixaram de ser “encontros pan-africanos”. Guevara narrou a “história de um fracasso”; Freire escreveu cartas cheias de “esperança e utopia”; Abdias denunciou o “racismo institucional” e o “genocídio” da população negra no Brasil. Guevara não definiu a sua escrita, repetiu o que já fazia, “passagens da guerra revolucionária”, mas achei por bem abordar o que foi publicado como “livro-testemunho”, é disso que se trata, o “testemunho antecede o arquivo”. Freire definiu os seus escritos, pois além das cartas, inseriu relatos e análises para melhor fundamentá-las. Foi ele mesmo que cunhou a expressão “livro-relatório”, o que me soou muito pertinente. Acreditei no testemunho. Abdias organizou provas, narrativas institucionais, discursos e outras falas para visibilizar o “esgoto do racismo” brasileiro naquilo que chamou de “atuação transatlântica”. Pensei em chamá-lo de um “livro-denúncia” e foi assim que o li. Também não duvidei do testemunho. Denominei-as de obras arquivísticas e a chave interpretativa para essa nomeação foi a sugestão de Paul Ricoeur com a sua “memória arquivada”. A cultura histórica não está vacinada – estará algum dia? – desses venenos da modernidade atlântica, “memória, história e esquecimento”.

REFERÊNCIAS

- BESANCENOT, Olivier; LOWY, Michael. **Che Guevara**: uma chama que continua ardendo. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CABRAL, Amílcar. **A Arma da Teoria**. (Organização e notas de Carlos Comitini). Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.
- CASTAÑEDA, Joerg. **Che Guevara**: a vida em vermelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Vol. 1 (As artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHE GUEVARA. **Passagens da Guerra Revolucionária**: Congo. São Paulo: Editora Record, 2000.
- DOSAL, Paul J. **Comandante Che**: guerrilheiro, líder e estrategista, 1956-1967. São Paulo: Globo, 2005.
- FLORES, Elio Chaves. **Margens do Atlântico: Intelectuais Afro-Brasileiros e Africanos (1944-1988)**. João Pessoa: PPGH/UFPB/CNPq. [Relatório CNPq, 2013].
- _____. Impressões de África: olhar para trás, apressar o futuro. In: SUCUMA, Arnaldo; FLORES, Elio Chaves. (Orgs.). **Caminhos para o Desenvolvimento**: convênios e saberes para o século XXI. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007, p. 105-125.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau**: registros de uma experiência em processo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GOTT, Richard. **Cuba**: uma nova história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LARKIN NASCIMENTO, Elisa. **Abdias Nascimento** (Grandes Vultos que Honraram o Senado). Brasília: Senado Federal, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Pessoas Extraordinárias**: resistência, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LOWY, Michael. **O Pensamento de Che Guevara**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O Brasil na Mira do Pan-Africanismo**. Salvador: UFBA/CEAO, 2002.

PEREIRA, Amílcar Araujo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 291-311.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. **Paulo Freire e Amílcar Cabral**: a descolonização das mentes. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.